

ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMPCD, GESTÃO 2025/2027, EM 03 DE FEVEREIRO DE 2026. No terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às 8h30, na Secretaria Municipal de Ação Social, situada à Rua Coronel Tamarindo, número dois mil oitocentos e cinquenta e um, Vila Formosa, Franca, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMPCD, para 03ª Reunião Ordinária deste Conselho. A Secretaria Executiva, em nome de André Ramos Carloni deu início à reunião e a Presidenta do Conselho, Ana Paula Peixe de Freitas Bueno, realizou a leitura da pauta, como segue: 1 – EXPEDIENTE DA REUNIÃO: 1.1. Verificação de Quorum: 1.2. Registro das presenças: Conselheiros Titulares e Suplentes na Titularidade: Angélica Consuelo Peroni, Eliana Inácia da Silva, Flávia Taveira Pio, Genecy Maria Dias, José Roberto da Silva, Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro. Conselheiros Suplentes: Ana Paula Peixe de Freitas Bueno, Poliana Oliveira Cappato. Convidados: Camila Ubal Muniz (Apaaf), Cíntia de Souza Pires Gomes (Apaaf), Giovana Valéria de Carvalho Revoltini (Adefi), Izabel Alves de Sousa (Apada), Lauani Cristina B. Gomes (Apae), Maria Angélica Alves Mendes (Apaaf). Registro das ausências justificadas: Beatriz Teixeira Gonçalves de Oliveira, Cristiany de Castro, Cristina Alves Moreira, Gisele Scheffler de Paula e Silva, José Mauro Paulino Dias, Karla Janaine de Moraes Borges, Karla Regina Oliveira de Paula, Luciana Resende de Oliveira, Maria Danuzia da Silva, Natália Francisca Montalbini Amaral, Solange Leonessa Ferraz de Arruda, Tallita Cristina Botelho Nogueira. 2 – Aprovação da pauta: com os Assuntos e Informes. A pauta encaminhada anteriormente ao colegiado foi aprovada. 3 – Referendo de aprovação da ata: todas as atas da Gestão 2023-2025 foram anteriormente aprovadas por envelope no Whatsapp, inclusive a ata da 1ª reunião ordinária da Gestão 2025-2027. 4 – ORDEM DO DIA: Assuntos: 4.1. Denúncias: usuários frente aos serviços, A Presidente, Sra. Ana Paula iniciou a reunião informando que havia duas mães convidadas para compartilhar algumas situações vivenciadas por seus filhos no acesso a serviços do município. Na sequência, concedeu-se a palavra às mães Sra. Maria Angélica e Sra. Cinthia. A Sra. Maria Angélica relatou que enfrenta de forma recorrente, dificuldades no atendimento do NAIA – Núcleo de Atendimento à Infância e Adolescência. Informou que seu filho possui diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG). Relatou ainda que seu filho está matriculado na escola, porém, devido à falta de medicação, não está frequentando as aulas nesse momento. A Sra. Maria Angélica relatou também que o filho apresenta hiperfoco em picotar papel, tendo inclusive rasgado o cartão de consulta em uma dessas situações. Informou que entrou em contato com o NAIA para obter informações sobre a data da consulta e recebeu orientação para retornar a ligação na segunda-feira, pois naquele momento não haveria possibilidade de prestar a informa-

ção. Contudo, na própria segunda-feira recebeu uma mensagem em seu celular informando que a consulta ocorreria naquele mesmo dia. Considerando que trabalhava, relatou que acabou se atrasando para a consulta, pois não teve tempo hábil para se organizar e sair mais cedo do trabalho. Ao explicar a situação no serviço, afirmou ter ouvido da coordenação a seguinte colocação: *“Todas as mães dão conta, por que você não?”*. A conselheira Sra. Flavia foi até o serviço em prol de intervir na situação que ocorrerá, gerando a reflexão sobre o público atendido, a sobre carga das mães e a falta de rede de apoio,, de imediato teve a resposta que qualquer um pode pegar a receita, teve a percepção de um espaço que apresenta desafios para execução de trabalho, no que diz respeito a barulhos, estrutura e recorrentes discussões, conversaram também sobre uma profissional que auxilia no atendimento de telefone que esta adoecida e tem sido ríspida com as pessoas já havendo diversas reclamação sobre a mesma. Foi questionada como a atendida vai ficar sem medicação de janeiro até maio, além da tentativa de culpabilização da mãe sobre toda a situação. A conselheira Sra. Flavia informou que esteve no serviço com o intuito de intervir na situação relatada, buscando promover uma reflexão sobre o público atendido, a sobrecarga vivenciada pelas mães e a ausência de rede de apoio. Relatou que, em um primeiro momento, recebeu como resposta que qualquer pessoa poderia retirar a receita, não sendo necessariamente a mãe. Durante a visita, destacou também a percepção de que o espaço apresenta desafios para a execução do trabalho, especialmente no que diz respeito aos ruídos no ambiente, às condições estruturais e às recorrentes discussões no local. Foi relatado ainda que há uma profissional responsável pelo atendimento telefônico que se encontra adoecida, e que, em razão dessa situação, tem apresentado postura ríspida no atendimento às pessoas, havendo já diversas reclamações registradas sobre a forma como tem se comunicado com os usuários. A conselheira questionou ainda como se daria a situação da criança permanecer sem acesso à medicação no período de janeiro até maio, manifestando preocupação quanto à continuidade do cuidado e do tratamento. Também apontou que, em determinados momentos, houve tentativas de responsabilização da mãe pela situação apresentada, o que foi problematizado durante a conversa realizada no serviço. Outra questão compartilhada pela Sra. Maria Angélica refere-se a uma situação vivenciada durante uma crise de sua filha, de 11 anos. Relatou que, diante do episódio, acionou o SAMU, porém não obteve atendimento. Diante da urgência da situação, informou que precisou se deslocar por meio de transporte por aplicativo até o Pronto Socorro Infantil. Ao chegar à unidade, relatou ter sido informada de que a filha não poderia ser atendida naquele local, sendo orientada a procurar o Pronto Socorro de referência do Janjão. A Sra. Maria Angélica destacou a dificuldade enfrentada nesse momento, tendo em vista o estado de crise da criança e a necessidade de novo deslocamento para outro serviço. Ressaltou ainda que, no referido pronto socorro de referência, permaneceu aguardando atendimento em um

81 ambiente compartilhado com diversas outras situações de urgência, relatando a pre-
82 sença de pessoas em crise de abstinência e outras que haviam passado por situa-
83 ções de violência, o que gerou preocupação e desconforto diante da condição e da
84 idade de sua filha. A Sra. Cintia, também presente na reunião, solicitou a palavra e
85 relatou que seu filho, pessoa com deficiência física e também com diagnóstico de
86 Transtorno do Espectro Autista (TEA), enfrenta dificuldades de acesso ao NAIA, em
87 razão de questões relacionadas à estrutura física do local. Destacou, especialmente,
88 a rampa de acesso ao serviço, a qual considera perigosa. Acrescentou ainda que o
89 espaço não oferece condições mínimas de conforto, mencionando a ausência de
90 água potável disponível aos usuários. Relatou também ter vivenciado uma situação
91 constrangedora, em que a funcionária responsável pela limpeza não permitiu a utili-
92 zação de um banheiro que estava limpo. A vice-presidenta, Sra. Viviane, acrescen-
93 tou que está em curso uma discussão acerca da melhoria dos serviços voltados à
94 saúde mental, ressaltando a importância de considerar o CAPS i (Centro de Atenção
95 Psicossocial Infanto-juvenil) que foi promessa de campanha. Retomando a palavra,
96 a Sra. Cintia compartilhou outra situação vivenciada por seu filho. Informou que ele
97 recebeu diagnóstico de autismo aos 3 anos de idade, tendo sido inicialmente atendi-
98 do pela APAE. Posteriormente, foi encaminhado ao Centro Especializado de Reabili-
99 tação (CER), onde recebeu alta em razão da idade. Em seguida, pelo NGA, foi enca-
100 minhado ao NAIA no ano de 2022. Contudo, após acompanhamento, foi informado
101 de que ele seria público de atendimento do CRA, passando, então, a aguardar em
102 fila desde agosto de 2024. Relatou ainda que, quando houve a implementação do
103 CRA, seu filho foi atendido pela psicóloga Sra. Rafaela F. Sousa, que realizou o re-
104 gistro do CID e indicou que ele se enquadrava como público do serviço. No entanto,
105 ao comparecer ao CRA, a Dra. Debora (psiquiatra) agendou uma semana de avalia-
106 ção. No retorno, ocorrido em janeiro, a Dra. Debora e a coordenadora do serviço,
107 Sra. Carla, informaram que seu filho não seria atendido, pois, após avaliação, foi
108 concluído que ele não se enquadraria mais no diagnóstico de autismo. A mãe relata
109 ter ciência de que, em razão da idade, seu filho teria acesso ao atendimento por pe-
110 ríodo inferior a um ano. Contudo, manifesta discordância quanto ao motivo apresen-
111 tado para a não inclusão no serviço, considerando que o mesmo ainda se enquadra
112 como pessoa com diagnóstico de TEA, classificado com nível de suporte 3. Após os
113 relatos, os conselheiros deliberaram pela realização de reunião extraordinária, com
114 solicitação de presença da Sra. Valéria, Secretária de Saúde do município, bem
115 como das coordenações do CRA e do NAIA, a ser realizada ainda no presente mês.
116 As mães presentes na reunião também aproveitaram o momento para relatar dificul-
117 dades enfrentadas no âmbito educacional. Informaram que a Secretaria de Educa-
118 ção não disponibiliza, de forma adequada, Professor de Apoio e, quando o serviço é
119 ofertado, os profissionais não se encontram devidamente preparados para atender
120 às demandas apresentadas. Tais situações foram relatadas pela Sra. Maria Angéli-

ca. A Sra. Cintia complementou informando que circunstâncias semelhantes acarretaram, inclusive, em falas por parte da direção escolar solicitando a retirada de seu filho do 2º colegial, à época, no ano de 2022. Além da falta de apoio pedagógico, as mães relataram dificuldades no diálogo com as unidades escolares quanto à flexibilização de horários, considerando suas rotinas. Diante disso, a presidenta, Sra. Ana Paula, colocou-se à disposição para dialogar com a Sra. Karla Janaina, também membra deste Conselho, que foi citada nas tratativas, a fim de buscar a melhor forma de retorno às mães sobre as situações apresentadas, relatando que percebem distorções nos diálogos realizados. Outra participante presente foi a Sra. Lauani, atendida pela APAE, que esteve como representante dos alunos da associação. Relatou que é usuária do transporte público e faz uso de cadeira de rodas elétrica. Informou que, com a mudança da empresa gestora, de São José para MOV, ocorreram alterações nos veículos. Destacou que a van, que anteriormente possuía acesso lateral, passou a ter entrada pela parte traseira, o que tem dificultado significativamente seu acesso. Ressaltou que, atualmente, os usuários precisam descer na rua para embarque, sendo que, em muitos casos, não há rampa de acessibilidade, além do risco à segurança, uma vez que frequentemente precisam descer em locais com tráfego de veículos para conseguir acessar a van. Além disso, pontuou que, com a mudança, foi necessário refazer a carteirinha de acesso, a qual, no momento, está sendo emitida apenas no terminal, onde os usuários são orientados a utilizar um aplicativo de celular. Destacou que essa medida apresenta barreiras de acessibilidade, considerando que muitos usuários não possuem acesso à tecnologia. Ficou deliberado, ainda, que o Conselho realizará uma reunião extraordinária com a empresa MOV, a fim de alinhar os pontos levantados e discutir a possibilidade de capacitação para o atendimento ao público com deficiência. 4.2. CMPCD e CMAS: reunião conjunta; explanação em reunião CMAS de conselheira CMPCD que ocorrerá em cinco de fevereiro do presente ano. Todos os demais assuntos desta pauta foram reconduzidos, para a próxima Reunião Ordinária, devido ao limite de tempo ultrapassado. 5. INFORMES GERAIS: 5.1. Legislativo: Composições da Comissão CAPD (Assuntos da Pessoa com Deficiência) – Walker Bombeiro da Libras, Gilson Pelizaro, Kaká, Fransérgio Garcia, Marília Martins, Zezinho Cabeleireiro, este informe foi reconduzido, para a próxima Reunião Ordinária, devido ao limite de tempo ultrapassado. 5.2. Palavra aberta aos(às) Conselheiros(as) e Convidados(as), A Conselheira Sra. Angélica aproveitou o momento para reforçar dúvidas que têm chegado à mesma em relação a Professores de Apoio, mas conforme for surgindo casos vamos dialogando em quanto conselho; 5.3. Próxima Reunião Ordinária do CMPCD: ocorrerá em 03.03.2026. E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, eu, Sra. Poliana Oliveira Cappato, 1ª secretária do CMPCD, lavrei a presente ata, que, uma vez lida e aprovada pelos membros deste Conselho, será anexada à lista de presença.